

Barigui S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Financeira e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de agosto de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 4, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento E Investimentos

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016		Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo				Passivo			
Circulante		<u>175.842</u>	<u>200.402</u>	Circulante		<u>164.619</u>	<u>115.034</u>
Disponibilidades	5	978	1.447	Depósitos	13.a	<u>21.652</u>	<u>6.991</u>
Aplicações interfinanceira de liquidez		<u>30.984</u>	<u>57.247</u>	Depósitos a prazo		21.652	6.991
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5 / 6	30.984	57.247	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	<u>126.390</u>	<u>97.174</u>
Títulos e valores mobiliários		-	<u>7.627</u>	Recursos de letras de crédito imobiliário		52.328	48.528
Cotas de fundos de investimentos		-	7.627	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		74.062	48.646
Operações de crédito	8	<u>125.442</u>	<u>119.813</u>	Outras obrigações		<u>16.577</u>	<u>10.869</u>
Setor privado		130.170	125.400	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		125	74
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(4.728)	(5.587)	Sociais e estatutárias		1.995	2.146
Outros créditos	9	<u>5.515</u>	<u>4.501</u>	Fiscais e previdenciárias	14	3.367	2.387
Créditos tributários		2.829	2.283	Diversas	15	11.090	6.262
Diversos		2.686	2.218				
Outros valores e bens	10	<u>12.923</u>	<u>9.767</u>				
Bens não de uso		11.653	6.675				
Despesas antecipadas		2.891	3.693				
(-) Outros valores e bens		(1.621)	(601)				
Ativo não circulante		<u>316.888</u>	<u>259.795</u>	Passivo não circulante		<u>328.111</u>	<u>342.948</u>
Realizável a longo prazo		<u>316.116</u>	<u>259.121</u>	Exigível a longo prazo		<u>273.579</u>	<u>296.979</u>
Títulos e valores mobiliários	7	<u>1.274</u>	-	Depósitos	13.a	-	<u>19.002</u>
Instrumentos financeiros derivativos		1.274	-	Depósitos a prazo		-	19.002
Operações de crédito	8	<u>306.411</u>	<u>251.450</u>	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	<u>266.371</u>	<u>275.640</u>
Setor privado		311.726	255.591	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		131.069	159.200
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(5.315)	(4.141)	Recursos de letras de crédito imobiliário		135.302	116.440
Outros créditos	9	<u>3.951</u>	<u>2.770</u>	Instrumentos financeiros derivativos	7	<u>403</u>	-
Diversos		854	534	Instrumentos financeiros derivativos		403	-
Créditos tributários		3.424	2.564	Outras obrigações		<u>6.805</u>	<u>2.337</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(327)	-328	Diversas	15	6.194	1.722
Outros valores e bens	10	<u>4.480</u>	<u>4.901</u>	Dívida subordinada elegível a capital	16	611	615
Despesas antecipadas		2.323	4.265	Participação de não controladores		-	2.215
Bens não de uso		3.157	1.512				
(-) Outros valores e bens		(1.000)	(876)	Patrimônio líquido	18	<u>54.532</u>	<u>45.969</u>
Permanente		<u>772</u>	<u>674</u>	Capital social		<u>45.613</u>	<u>23.000</u>
Investimentos		3	3	De domiciliados no país	18.a	45.613	23.000
Outros investimentos		3	3	Reservas de lucros		<u>8.919</u>	<u>22.969</u>
Imobilizado de uso	11	<u>569</u>	<u>535</u>	Reserva legal	18.b	289	2.105
Outras imobilizações de uso		1.659	1.541	Outras reservas de lucro	18.c	<u>8.630</u>	<u>20.864</u>
(-) Depreciação acumulada		(1.090)	(1.006)				
Intangível	12	<u>200</u>	<u>136</u>				
Licenciamento e uso de software		588	472				
(-) Amortização acumulada		(388)	(336)				
Total do ativo		<u>492.730</u>	<u>460.197</u>	Total do passivo		<u>492.730</u>	<u>460.197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Receitas da intermediação financeira		<u>47.664</u>	<u>50.759</u>
Operações de crédito	8.a	44.594	46.976
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez		2.918	3.132
Resultado com títulos e valores mobiliários		35	651
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		117	-
Despesas da intermediação financeira		<u>(25.255)</u>	<u>(32.853)</u>
Operações de captação no mercado	13.b.1	(21.744)	(28.532)
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(3.511)	(3.674)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		-	(647)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>22.409</u>	<u>17.906</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(14.224)</u>	<u>(11.755)</u>
Receita de prestação de serviços		1.471	1.296
Despesas de pessoal		(4.735)	(3.132)
Despesas administrativas	21	(10.514)	(10.706)
Despesas tributárias		(1.415)	(1.204)
Resultado de participação em coligadas e controladas		(2)	-
Outras receitas operacionais		984	2.639
Outras despesas operacionais		(13)	(648)
Resultado não operacionais		<u>(948)</u>	<u>(418)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>7.237</u>	<u>5.733</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>(2.337)</u>	<u>(1.164)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(3.616)	(2.198)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.279	1.034
Participações nos lucros		<u>(63)</u>	<u>(246)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>4.837</u>	<u>4.323</u>
Participação dos não controladores		-	(190)
Lucro líquido - controladores		-	4.133
Juros sobre capital próprio		(1.857)	(1.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>				Totais
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária/ Especial	Lucros Acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<u>23.000</u>	<u>1.898</u>	<u>18.617</u>	<u>-</u>	<u>43.515</u>
Lucro líquido	-	-	-	4.133	4.133
Destinações:					
Constituição de reserva	-	207	2.247	(2.454)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.535)	(1.535)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(144)	(144)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>23.000</u>	<u>2.105</u>	<u>20.864</u>	<u>-</u>	<u>45.969</u>
Mutações do semestre	-	207	2.247	-	2.454
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>23.600</u>	<u>2.367</u>	<u>23.454</u>	<u>-</u>	<u>49.421</u>
Aumento de capital	22.000	(2.327)	(17.473)	-	2.200
Varição na participação de minoritários controladores	13	7	144	-	164
Lucro líquido	-	-	-	4.837	4.837
Destinações:					
Constituição de reserva	-	242	2.505	(2.747)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Dividendos propostos e pagos antecipadamente	-	-	-	(233)	(233)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>45.613</u>	<u>289</u>	<u>8.630</u>	<u>-</u>	<u>54.532</u>
Mutações do semestre	<u>22.013</u>	<u>(2.078)</u>	<u>(14.824)</u>	<u>-</u>	<u>5.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa

Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		4.837	4.133
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		104	90
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.511	3.674
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		158	380
Provisão / (Reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		(346)	132
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		3.616	2.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.279)	(1.034)
Participação dos empregados		63	246
Custo residual de imobilizado baixado		5	-
Participação não controladores		-	190
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(1.311)</u>	<u>(799)</u>
Movimentação de ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) Redução títulos e valores mobiliários		(116)	(4.928)
(Aumento) redução operações de crédito		(38.576)	(3.691)
(Aumento) Redução outros créditos		(899)	(1.755)
(Aumento) Redução outros valores e bens		<u>(2.352)</u>	<u>(801)</u>
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros		(3.836)	(23.288)
Aumento (redução) depósitos a prazo		-	(691)
Aumento (redução) recursos de aceites cambiais e letras de crédito imobiliário		6.884	57.354
Aumento (redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		72	97
Aumento (redução) obrigações sociais e estatutárias		(585)	145
Aumento (redução) obrigações fiscais e previdenciárias		(1.636)	663
Aumento (redução) outras obrigações		<u>4.937</u>	<u>(19.912)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		<u><u>(26.749)</u></u>	<u><u>12.403</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado de uso		(45)	(62)
Adições ao intangível		<u>(20)</u>	<u>(2)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u><u>(65)</u></u>	<u><u>(64)</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		2.200	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		<u>(3.009)</u>	<u>(2.188)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u><u>(809)</u></u>	<u><u>(2.188)</u></u>
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(27.623)</u></u>	<u><u>10.151</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		59.585	48.543
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		31.962	58.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com interveniência de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

Também fazem parte do Conglomerado Prudencial as seguintes instituições:

A Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”), controlada pela Financeira (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011, na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011, tendo iniciado suas atividades em 10 de janeiro de 2012. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

Barigüi Securitizadora S.A. (“SEC”) a qual tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

Base de elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, elaborem e apresentem em demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- (i) Instituições financeira;
- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcio;
- (iv) Instituições de pagamento;

- (v) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos a) e e).
- (vii) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil - BACEN e não se confundem com as demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é a Barigui Financeira.

Para a elaboração destas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2018.

3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações da Barigüi Financeira e das entidades abaixo listadas. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)

Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”)

Barigüi Securitizadora S.A. (“Securitizadora”)

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido das controladas que compõem as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Barigui S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos		Barigui Companhia Hipotecária		Barigui Securitizadora S.A	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Total do Ativo	291.654	296.145	242.378	185.520	1.872	2.448
Total do Passivo	237.965	250.176	228.545	172.080	587	1.099
Total do Patrimônio Líquido	53.689	45.969	13.833	13.440	1.285	1.409
Lucro / Prejuízo Líquido do período	4.972	4.133	237	2.977	(121)	11

4 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados nas seguintes categorias:

- **Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possua a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.
- e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f. Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

- (i) **Operações de crédito** - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “pró rata dia”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução no 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

- (ii) **Provisão para perdas em operações de crédito** - foi constituída nos termos da Resolução no 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução no 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução no 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

- (iii) **Operações vencidas há mais de 60 dias** - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

g. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

- (i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação;

- (ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- **2015:** Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga ,sendo a diferença ativa da e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- **2016:** Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- **2017:** Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

h. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - % a.a.
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%

i. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	Taxa - % a.a.
Desenvolvimento de sistema de processamento de dados	20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

k. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

— **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

l. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

n. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

o. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

— **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

— **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões:** são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
 - **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
 - Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.
- p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída às alíquotas-base de 9% (para a Hipotecária e Securitizadora) e 15% (para a Financeira), e para o período compreendido entre setembro de 2015 e junho de 2017 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, a partir de 2019 a alíquota retorna para 15%.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

q. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

r. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminadas na preparação das demonstrações consolidadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidade		
Caixa	13	16
Depósitos bancários	965	1.431
Aplicações interfinanceiras (a)	30.984	57.247
Total	31.962	58.694

- (a) As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2017 e 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	100% CDI	27.084	102% CDI	52.247
DI (pré)	4,68% a.a.	3.900	14,09% a.a.	5.000
Total		30.984		57.247

As aplicações interfinanceiras de liquidez geraram receita, no semestre findo em 30 de junho de 2017, no montante de R\$ 2.918 (R\$ 3.132 em 30 de junho de 2016).

7 Títulos e valores mobiliários

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017, a carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swaps”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir (não há saldos comparativos para 30 de junho de 2016):

	Valor referencial	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
Posição ativa			
PRÉ (a)	60.000	61.808	-
IIGPM (b)	29.274	32.903	1.274
Posição passiva			
CDI (a)	60.000	62.211	(403)
CDI (b)	29.274	31.629	-

- (a) Operação contratada pela Financeira em 17 de março de 2017, com vencimento em 01 de abril de 2019. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, esta operação apurou resultado negativo de R\$ 403.
- (b) Operação contratada pela Companhia Hipotecária em 12 de julho de 2016, com vencimento em 27 janeiro de 2020. Esta operação gerou resultado positivo no montante de R\$ 519.

8 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito, por modalidade de crédito:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Capital de giro	129.559	29,32%	101.086	26,54%
Crédito pessoal	214.378	48,51%	211.082	55,40%
CDC	466	0,11%	3.365	0,88%
Financiamentos imobiliários	97.493	22,06%	65.458	17,18%
Total	441.896	100,00%	380.991	100,00%

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no semestre findo em 30 de junho de 2017 foi 1,26% a.m. e a taxa máxima foi de 4,42% a.m. (em 30 de junho de 2016 a taxa mínima foi 1,27% a.m. e a taxa máxima foi de 4,40% a.m.), para os contratos firmados pela Companhia Hipotecária a taxa mínima foi de 0,17% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + T.R (em 30 de junho de 2016 a taxa mínima praticada foi de 1,07% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + T.R). No semestre findo em 30 de junho de 2017 o conglomerado auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 44.594 (R\$ 46.976 em 30 de junho de 2016).

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

b.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	(9.165)	(11.820)
Constituição	(3.511)	(3.674)
Baixa para prejuízo	2.633	5.766
Saldo final	(10.043)	(9.728)
Circulante	(4.728)	(5.587)
Não circulante	(5.315)	(4.141)

No semestre findo em 30 de junho de 2017, foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo” o montante de R\$ 2.236 (R\$ 1.136 em 30 de junho de 2016).

As operações de crédito refinanciadas em 30 de junho de 2017, totalizaram R\$ 60.669 (R\$ 48.672 em 30 de junho de 2016) e as operações renegociadas totalizaram R\$ 951 em 30 de junho de 2017 (R\$ 1.553 em 30 de junho de 2016). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

Os vencimentos das parcelas estão assim representados, em 30 de junho de 2017 e 2016:

	30/06/2017	30/06/2016
Até 3 meses	33.377	32.529
De 3 meses a 12 meses	91.114	84.810
De 1 a 3 anos	188.544	144.785
De 3 a 5 anos	99.044	74.694
De 5 a 15 anos	24.135	36.076
Acima de 15 anos	3	36
Total a vencer	436.217	372.930
Vencidos	5.679	8.061
Total	441.896	380.991

b.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2017 e 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			30/06/2017		30/06/2016	
			Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	1.696	-	22.133	23.829	-	9.291	-
	Normal		560	3.652	325.023	329.235	(1.646)	307.063	(1.534)
A	Vencido	0,50%	-	-	2.286	2.286	(11)	1.173	(6)
	Normal		2.453	85	25.381	27.919	(279)	15.050	(151)
B	Vencido	1,00%	-	-	8.501	8.501	(85)	9.373	(94)
	Normal		-	-	12.335	12.335	(370)	7.513	(225)
C	Vencido	3,00%	-	1.074	20.893	21.967	(659)	14.450	(434)
	Normal		-	-	84	84	(8)	451	(45)
D	Vencido	10,00%	-	82	4.417	4.499	(450)	4.624	(462)
	Normal		-	-	70	70	(21)	90	(27)
E	Vencido	30,00%	-	-	4.604	4.604	(1.381)	5.745	(1.724)
	Normal		1.171	-	63	1.234	(617)	219	(110)
F	Vencido	50,00%	15	-	749	764	(382)	1.466	(733)
	Normal		-	-	24	24	(17)	106	(74)
G	Vencido	70,00%	-	-	1.430	1.430	(1.001)	894	(626)
	Normal		-	-	486	486	(486)	1.101	(1.101)
H	Vencido	100,00%	9	-	2.620	2.629	(2.629)	2.382	(2.382)
			5.904	4.893	431.099	441.896	(10.043)	380.991	(9.728)
	Circulante					130.170	(4.728)	125.400	(5.587)
	Não Circulante					311.726	(5.315)	255.591	(4.141)

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia Hipotecária adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 18.501 (R\$ 11.816 em 2016). A taxa média dos créditos adquiridos no semestre foi de 1,16% (1,18% em 2016). Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 3.943 (R\$ 2.362 em 2016) e foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

9 Outros créditos

	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		
Adiantamentos	1.162	204
Clientes a receber	46	39
Créditos tributários (nota 22)	2.829	2.283
Impostos a recuperar	621	986
Títulos e créditos a receber (a)	176	83
Devedores para compra de valores e bens	554	97
Devedores diversos (b)	127	700
Outros	-	109
	<u>5.515</u>	<u>4.501</u>
Total		
	<u>5.515</u>	<u>4.501</u>
Não circulante		
Títulos e créditos a receber (a)	327	328
Créditos tributários (nota 22)	3.424	2.564
Devedores para compra de valores e bens	190	-
(-)Provisão para outros créditos	(327)	(328)
Devedores por depósitos em garantia	337	206
	<u>3.951</u>	<u>2.770</u>
Total		
	<u>3.951</u>	<u>2.770</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 254 saldos de falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 159 em 30 de junho de 2016), e (iii) R\$ 249 representam créditos sem características de concessão de crédito (R\$ 249 em 30 de junho de 2016), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança.
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados basicamente por: (i) R\$ 56 refere-se a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte (R\$ 144 em 30 de junho de 2016, aos quais representavam saldos de portabilidade); (ii) R\$ 71 referem-se a valores pagos para consolidação de propriedade (R\$ 48 em 30 de junho de 2016).

10 Outros valores e bens

	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		
Despesas antecipadas		
Seguros	7	7
Serviços especializados	266	179
Corretagens	56	79
Comissões (a)	2.522	3.370
Ressarcimento de custos operacionais	40	58
Bens não de uso - Imóveis (b)	11.653	6.675
(-) Outros valores e bens (c)	(1.621)	(601)
	<u>12.923</u>	<u>9.767</u>
Total		
	<u>12.923</u>	<u>9.767</u>

	30/06/2017	30/06/2016
Não circulante		
Despesas antecipadas:		
Corretagens	48	89
Comissões (a)	2.262	4.128
Ressarcimento de custos operacionais	13	48
Bens não de uso - Imóveis (b)	3.157	1.512
(-) Outros valores e bens (c)	(1.000)	(876)
Total	4.480	4.901

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (b) No semestre findo em 30 de junho de 2017 ocorreram consolidações de propriedades no montante de R\$ 6.306 (R\$ 3.741 em 30 de junho de 2016). O valor total dos imóveis retomados representam R\$ 14.810 (R\$ 8.182 em 30 de junho de 2016).
- (c) Provisão para perda de imóveis na controladora e na controlada Barigui Hipotecária.

Imobilizado de uso

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf. Cosif.	(-) Deprec.	Saldo em 30/06/2017
Móveis e equipamentos de uso	484	6	-	-	-	490
Equipamento de informática	812	39	-	(18)	-	833
Veículos	370	-	(34)	-	-	336
Gastos de organização e expansão	29	-	-	(29)	-	-
(-) Depreciação acumulada	(1.064)	-	29	23	(78)	(1.090)
Total	631	45	(5)	(24)	(78)	569
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf. Cosif.	(-) Deprec.	Saldo em 30/06/2016
Movimentação total 2016	542	87	(24)	-	(70)	535

Em 30 de junho de 2017, não foram identificados indícios de *impairment* que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

11 Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf. Cosif.	(-)Amort.	Saldo em 30/06/2017
Licenciamento e uso de software	521	20	47	-	588
(-) Amortização acumulada	(338)	(2)	(23)	(26)	(388)
Total	184	18	24	(26)	200
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transf. Cosif.	(-) Amort.	Saldo em 30/06/2016
Movimentação total 2016	155	1	-	(20)	136

12 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

	30/06/2017 Até 3 meses	30/06/2016 Saldo Total
Depósitos interfinanceiros	-	25.993
Depósitos a prazo	21.652	-
Total	21.652	25.993
Circulante	21.652	6.991
Não circulante	-	19.002

b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	30/06/2017			Total	30/06/2016
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses		Saldo Total
Letras de Câmbio	26.388	47.674	131.069	205.131	207.846
Letras de Crédito Imobiliário	11.964	40.364	135.302	187.630	164.968
Total	38.352	88.038	266.371	392.761	372.814
Circulante				126.390	99.174
Não circulante				266.371	275.640

c. Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

Descrição:	30/06/2017	30/06/2016
Despesas depósitos interfinanceiros	-	(958)
Despesas depósitos a prazo	(1.386)	(1.908)
Despesas aceites cambiais	(12.017)	(13.877)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(41)	(49)
Despesas letras de crédito imobiliário	(7.612)	(11.312)
Contribuição ao FGC	(405)	(368)
Outros	(283)	(60)
Total	(21.744)	(28.532)

13 Obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição:	30/06/2017	30/06/2016
Imposto de renda	1.214	1.183
Contribuição social	1.091	491
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	20	38
Impostos e contribuições s/ salários	339	305
Impostos diferidos	355	-
Outros (a)	348	370
Total	3.367	2.387

- (a) Referem-se basicamente (i) R\$ 114 imposto retido sobre resgate de rendimento em letra de crédito (R\$ 94 em 30 de junho de 2016) e (ii) R\$ 52 referente a IRRF s/ JCP (não há saldos comparativos em 30 de junho de 2016); (iii) R\$ 176 refere-se a contribuição ao PIS e Cofins (R\$ 142 em 30 de junho de 2016); e R\$ 6 refere-se ao ISS (R\$ 4 em 30 de junho de 2016).

14 Outras obrigações - diversas

Circulante	30/06/2017	30/06/2016
Provisões com despesas de pessoal	737	686
Outras provisões	1.787	1.151
Credores diversos - país (a)	8.221	4.085
Rendas antecipadas (b)	345	340
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>11.090</u>	<u>6.262</u>
Não circulante		
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	498	530
Credores diversos - país (a)	5.696	1.192
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>6.194</u>	<u>1.722</u>

- (a) O saldo em “credores diversos - país” no individual está composto basicamente por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas e não identificadas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 2.130 (R\$ 841 em 30 de junho de 2016); (ii) valores de contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 8.437 (R\$ 1.797 em 30 de junho de 2016); (iii) taxa de administração que será apropriada ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos no valor de R\$ 1.035 (R\$ 875 em 30 de junho de 2016); e (iv) valores relativos a repasses por cobrança no montante de R\$ 1.057 (R\$ 707 em 30 de junho de 2016).
- (b) Referem-se a taxas de gestão anual dos CRI’s, da controlada Barigui Securitizadora S.A., recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, os quais são apropriados ao resultado em 12 meses.

15 Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à CETIP e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 30 de junho de 2017 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 611 (R\$ 615 em 30 de junho de 2016). O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2017, no valor de R\$ 41 (R\$ 49 em 30 de junho de 2016), foi reconhecido como despesa de captação no mercado.

16 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016 não foram reconhecidos na Financeira nem em suas controladas ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Financeira efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2017, a Financeira possui contabilizada provisão para ações cíveis no montante de R\$ 428 (R\$ 416 em 30 de junho de 2016), registrada na rubrica “Provisão Para Riscos” e a Companhia Hipotecária constituiu provisão no valor de R\$ 70 (R\$ 114 em 30 de junho de 2016), conforme movimentação demonstrada abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Anterior	847	464
Const. Prov. Cível	31	315
(-) Reversão Prov. Cível	(89)	(183)
Const. Prov. Trabalhista	1	-
(-) Reversão Prov. Trabalhista	(289)	-
(-) Pagamento Prov. Trabalhista	(3)	-
(-) Pagamento Prov. Cível	-	(66)
TOTAL	498	530

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2017 por processos de natureza cível no montante de R\$ 3.042 (R\$ 627 em 30 de junho de 2016).

Em 30 de junho de 2017 a Financeira possui processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 728 (R\$ 701 em 30 de junho de 2016).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração propôs aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 22.000 (vinte e dois milhões de reais) oriundo de reservas de lucros e em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 31ª AGE de 17 de maio de 2017. O valor do capital social passou de R\$ 23.000 (vinte e três milhões de reais) para R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 44.459 (quarenta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 541 (quinhentos e quarenta e um mil) ações preferenciais nominativas.

O capital social das controladas, não sofreu alteração.

Acionistas	No de ações	Participação	Companhia Hipotecária	SEC	Total ações Consolidado
Barigüi S/A C.F.I	-	-	9.400.000	1.336.500	-
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	16.093.710	35,7638%	-	-	16.093.710
Enio Fornea Junior	5.335.110	11,8558%	-	-	5.335.110
Ivo Luiz Roveda	10.972.665	24,3837%	50.000	-	11.022.665
Antonio Bordin Neto	3.164.040	7,0312%	-	-	3.164.040
Maria Teresa Fornea Caron	1.620	0,0036%	500.00	-	501.620
Evaldo Leandro Perussolo	541.080	1,2024%	-	13.500	554.580
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	8.891.775	19,7595%	50.000	-	8.941.775
Total	<u>45.000.000</u>	<u>100,0000%</u>	<u>10.000.000</u>	<u>1.350.000</u>	<u>45.613.500</u>

A quantidade de ações em 30 de junho de 2017 do consolidado é de 45.613.500 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e treze mil e quinhentas) ações, sem valor nominal, após a eliminação da participação nas controladas.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 a Financeira propôs dividendos no montante de R\$ 172 (R\$ 144 em 30 de junho de 2016) e efetuou pagamento de R\$ 294 que estava provisionado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A Financeira destacou durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o montante R\$ 1.857 (R\$ 1.535 em 30 de junho de 2016) a título de remuneração do capital próprio com base na taxa referencial de juros “TJLP”. A título de JCP a Financeira efetuou pagamento de R\$ 2.651, que estava provisionando no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia Hipotecária propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$ 13 (R\$ 171 em 30 de junho de 2016) e efetuou o pagamento de dividendos do exercício anterior no montante de R\$ 70 e de dividendos antecipados no montante de R\$ 986, sendo que 94% desses valores são com a Financeira.

18 Transações entre partes relacionadas

a. As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoas físicas						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	14.763	(1.007)	-	16.883	(1.104)
Letra de crédito imobiliário	-	75.570	(3.649)	-	39.719	(2.745)
Reembolsos e utilização de estrutura compartilhada	-	-	-	-	-	-
Remuneração administradores	-	-	(1.246)	-	-	(403)
Juros sobre capital próprio	-	1.014	(1.193)	-	815	(1.056)
Dividendos	-	111	-	-	108	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	-	-	-	-	-	(647)
Bordin Administração e Incorporações Ltda.						
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	626	(664)	-	370	(479)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.500	(515)	-	8.837	(578)
Barigui Veículos Ltda						
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	7	(42)	-	-	(42)
Letra financeira subordinada	-	611	(41)	-	615	(49)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	10.528	(633)	-	13.678	(858)
Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.						
Prestação de serviços correspondente bancário	-	311	(1.861)	1.336	315	(2.532)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	93	(9)	-	147	(20)
Central Brasileira de Cobrança Ltda.						
Prestação de serviços de cobrança	-	255	(1.171)	-	207	(931)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	599	(35)	-	1.104	(49)

Descrição	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.						
Prestação de serviços correspondente bancário	-	-	-	760	-	(152)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	39	(3)	-	675	(17)
Enio Fornea & Cia Ltda.						
Aluguéis	-	74	(74)	-	11	(69)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.612	(388)	-	5.788	(401)
Center Automóveis Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.152	(361)	-	5.385	(372)
Espaço Automóveis Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.928	(466)	-	6.940	(479)
GFA Incorporações Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	4.609	(271)	-	4.035	(279)
Amambahy Participações Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	720	(40)	-	663	(48)
Fórmula Automóveis Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	8.479	(498)	-	7.422	(548)
Instituto Barigüi						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	548	(36)	-	630	(53)
Marumbi Investimentos Ltda						
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	142	(4)	-	392	(24)

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

b. Subscrição de cotas:

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cota	R\$ Total
<i>Membros do Conselho de Administração:</i>					
Evaldo Leandro Perussolo	61	43,34% a.a.	IGP-M	1	52
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	61	43,34% a.a.	IGP-M	7	364
Ivo Luiz Roveda	61	43,34% a.a.	IGP-M	9	468
<i>Demais PF</i>					
Pessoas Físicas	61	43,34% a.a.	IGP-M	<u>19</u>	<u>987</u>
Total				<u><u>36</u></u>	<u><u>1.871</u></u>

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

19 Política de remuneração

A Financeira remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Um dos membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa, e os demais contemplam verbas salariais, portanto, parcelas variáveis. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2017 está representado por R\$ 1.246 (R\$ 419 em 2016).

20 Despesas administrativas

Descrição:	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de aluguel comercial	(138)	(124)
Despesas de comunicação	(247)	(228)
Despesas de processamento de dados	(507)	(415)
Despesas com propaganda e publicidade	(285)	(90)
Despesas de seguros	(359)	(258)
Despesas serviço sistema financeiro	(310)	(905)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(6.859)	(6.792)
Despesa com serv. téc. especializados	(741)	(850)
Despesas com amortização/depreciação	(104)	(90)
Despesas com viagens	(186)	(124)
Despesa de transporte	(53)	(62)
Despesas judiciais e cartório	(256)	(23)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(77)	(34)
Outras despesas	<u>(392)</u>	<u>(711)</u>
Total	<u><u>(10.514)</u></u>	<u><u>(10.706)</u></u>

- (a) Refere-se principalmente a: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante de R\$ 4.411 (R\$ 4.297 em 2016), (ii) R\$ 1.201 referente à assessoria de cobrança (R\$976 em 2016) e (iii) R\$ 380 referente a custos de repasse a órgãos públicos (R\$ 425 em 2016).

21 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos correntes		
Imposto de renda corrente	(2.077)	(1.573)
Contribuição social corrente	(1.539)	(625)
Total	<u>(3.616)</u>	<u>(2.198)</u>
Impostos diferidos	<u>1.279</u>	<u>1.034</u>
Impostos diferidos - Ativo	1.635	1.034
Impostos diferidos - Passivo	(356)	-
Total imposto de renda e contribuição social	<u><u>(2.337)</u></u>	<u><u>(1.164)</u></u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	7.237	5.641
Juros sobre Capital Próprio	(1.857)	(1.535)
Participação dos Empregados	(63)	(246)
Resultado Antes do Impostos de Renda e Contribuição Social	<u>5.317</u>	<u>3.860</u>
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	<u>(2.393)</u>	<u>(1.737)</u>
Adições Temporárias	<u>(6.609)</u>	<u>(4.847)</u>
Exclusões:		
Equivalência	-	-
Provisões temporárias períodos anteriores	2.027	3.771
Outros	2.881	615
Impostos de Renda e Contribuições Social	<u><u>(3.616)</u></u>	<u><u>(2.198)</u></u>

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo Inicial 31/12/2016	Constituição	Reversão	Saldo Final 30/06/2017	Saldo Final 30/06/2016
Imposto de renda					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.543	902	(478)	2.967	2.389
Provisão para contingências	138	60	(163)	35	133
Provisão MTM	-	602	-	602	-
Outras provisões	342	360	(237)	465	553
	<u>3.023</u>	<u>1.924</u>	<u>(878)</u>	<u>4.069</u>	<u>3.075</u>
Créditos Tributários de IRPJ					
	<u>3.023</u>	<u>1.924</u>	<u>(878)</u>	<u>4.069</u>	<u>3.075</u>
Contribuição social					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.424	327	(213)	1.538	1.327
Provisão para contingências	103	39	(122)	20	93
Provisão MTM	-	456	-	456	-
Outras provisões	57	205	(92)	170	352
	<u>1.584</u>	<u>1.027</u>	<u>(427)</u>	<u>2.184</u>	<u>1.772</u>
Créditos Tributários de CSLL					
	<u>1.584</u>	<u>1.027</u>	<u>(427)</u>	<u>2.184</u>	<u>1.772</u>
Total de créditos tributários	<u><u>4.607</u></u>	<u><u>2.951</u></u>	<u><u>(1.305)</u></u>	<u><u>6.253</u></u>	<u><u>4.847</u></u>

Considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2017 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	Total
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	1.636	759	1.674	4.069
Valor Presente	1.472	615	1.219	3.306
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	1.193	388	603	2.184
Valor Presente	1.073	314	439	1.826

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 11,15% (Selic).

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 355 em 30 de junho de 2017, referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (não havia saldo em 30 de junho de 2016).

e. Créditos tributários não registrados

A Securitizadora possui prejuízo fiscal, para o semestre findo em 30 de junho de 2017, onde o crédito tributário não registrado sobre esta base negativa seria de R\$ 53 (R\$ 45 em 2016).

22 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2016 atingiu 16,92%, representativo do Conglomerado Prudencial, atendo preceitos regulamentares.

	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de referência	<u>53.843</u>	<u>47.527</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>17,50%</u>	<u>16,92%</u>

23 Estrutura de gerenciamento de risco

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional

No semestre findo em 30 de julho de 2017, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

c. Risco de mercado

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a Financeira dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

e. Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como a sua controlada, Barigüi Cia. Hipotecária, ambas integrantes do Conglomerado Financeiro Barigüi.

* * *

Curitiba (PR), 6 de abril de 2018

Diretoria

Rodrigo O. de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Paulo de Paula Abreu
Diretor Superintendente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Executivo

Maria Teresa Fornea
Diretora Executiva

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Paulo de Paula Abreu
Conselheiro

Rodrigo O.de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica

Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRCPR063966/O-2/